

LEI Nº 330/2018

EMENTA: DEFINE E AUTORIZA O LOCAL PARA IMPLANTAÇÃO DO CAMPINHO DA SESPORTE, INVESTIMENTO ANUNCIADO PELO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ EM VISITA AO MUNICÍPIO DE MULUNGU, NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MULUNGU, ESTADO DO CEARÁ.

FAÇO saber que a Câmara Municipal de Mulungu, APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei:

ART.1º- Esta Lei define e autoriza o local para Implantação do Campinho da SESPORTE- Secretaria do Esporte do Estado do Ceará, investimento anunciado pelo Governador do Estado do Ceará em visita ao Município de Mulungu no dia 16 de Fevereiro de 2018, e dá outras providências.

ART.2º- FICA autorizada a Prefeitura Municipal de Mulungu, a doar, emprestar, ceder, transferir, outorgar ou conceder terrenos de propriedade do Município de Mulungu ao Governo do Estado do Ceará ou ao Governo Federal, para implantação de melhorias neste Município.

ART.3º- Fica autorizada a construção do Campinho da SESPORTE, no terreno de propriedade da Prefeitura Municipal de Mulungu, localizado na Rua Francisco Ubirajara Araújo Bezerra, projeto padrão e execução direta do Governo do Estado do Ceará, conhecido como Sítio Veneza, na Zona Urbana do Município de Mulungu.

ART.4º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

ART.5º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU ESTADO DO CEARÁ EM 07 DE MAIO DE 2018



Robert Viana Leitão
Prefeito Municipal



PARECER JURÍDICO AO PROJETO DE LEI N. 005/2018

De autoria do Excelentíssimo Sr. Prefeito do Município de Mulungu/CE., Sr. Robert Viana Leitão, submete-se à apreciação do Plenário da Câmara Municipal de Mulungu/CE. o Projeto de Lei n. 005/2018 que dispõe sobre a **Determinação e Autorização para o local de implantação do campinho da SESPORTE, investimento anunciado pelo Governador do Estado do Ceará em visita ao Município de Mulungu no dia 16 de fevereiro de 2018 e dá outras providências.**

A priori, imperioso mencionarmos que a Carta Magna de 1988 prescreve que é dever (e, como tal, passa a ser um direito de cada um) do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais. Por intermédio desta determinação, não resta outra alternativa ao Poder Público, senão a obrigatoriedade de incentivar, promover e manter programas de lazer, jogos, atividades física e práticas esportivas.

Assim vejamos o estabelecido pela Constituição Federal da República Federativa do Brasil:

"Título VIII - Da Ordem Social

Capítulo III - Da Educação, Da Cultura e do Desporto

Seção III - Do Desporto

Art. 217 é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados: [...]

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional;
[...]

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer como forma de promoção social." (grifos)

Havendo prescrição constitucional e/ou legal plausível e inequívoca, a obediência já deve se fazer assente, quanto mais se se trata de um direito fundamental, conforme se tem denotado sistematicamente nesta dissertação e de acordo com o viés aqui proclamado.

LUIZ ALBERTO DAVID ARAUJO referenda, anotando que "A Constituição, no capítulo "Da Ordem Social", onde estão concentrados os direitos que têm por propósito o resgate da dignidade humana para todos os cidadãos, prevê o direito ao desporto. Os direitos sociais objetivam a formação do ser humano integral: agente da sociedade, das relações de trabalho, construtor do mundo moderno e, ao mesmo tempo, um ser relacional, humano, que, desse modo, deve integrar sua vida com o lazer, o convívio familiar e a prática desportiva. Assim, o desporto, quer como forma de lazer, quer como parte da atividade educativa, quer ainda em caráter profissional, foi incorporado ao nosso sistema jurídico no patamar de norma constitucional." (grifos).

8



O respeitado doutrinador, com apurada percuciência, prossegue, expondo que "o desporto, enquanto atividade predominantemente física e intelectual, tem diversas finalidades, o que faz com que, em cada uma de suas formas, receba tratamento diferenciado", além da própria valorização que deve ser destinada a cada uma. "O desporto de caráter educacional, aquele ministrado por meio do sistema de ensino e formas assistemáticas de educação, em que devem ser evitadas a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes, objetiva alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a educação para a cidadania e o lazer. Por isso, tem prioridade na destinação de recursos públicos." (grifos).

No caso em tela, verificamos que o Estado objetiva garantir aos cidadãos mulunguenses o direito a prática desportiva, inclusive em visita realizada neste Município no dia 16 de fevereiro de 2018 o Governador anunciou a implantação do campinho da Secretaria do Esporte do Estado do Ceará. Porém para que seja efetivada tal promessa necessário se faz que se obedeça algumas formalidades e uma delas, a existência de um local apropriado.

Verificamos que em primeiro momento, cogitou-se a implantação do campinho supracitado na localidade de Bastiões, porém ante a inexistência de terreno sob a dominialidade do município naquela localidade ocorreu a mudança para a Rua Francisco Ubirajara Bezerra, conhecido por Sítio Veneza, Zona Urbana neste Município.

Ante todo o exposto, entendemos que o presente projeto se encontra em sintonia com as exigências legais e legislação pertinente, opino favorável à aprovação da matéria.

É o nosso parecer, s.m.j.

Mulungu – Ceará, 25 de abril de 2018.


Francisco Flávio Mendonça Alencar Júnior
OAB/CE Nº 24.926